



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

XX SEPE - SEMANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO SETOR DE
EDUCAÇÃO/2006

FORMAÇÃO DA CRIANÇA PARA O MUNDO DO TRABALHO

Lineti Firmo Rodrigues
Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: criança; profissionalização; regeneração

O trabalho fará uma discussão sobre o tema da formação profissional da criança no Brasil, do século XIX até a primeira metade do século XX, utilizando a bibliografia existente sobre o tema. Abordará instituições que tinham por objetivo a moralização pelo trabalho e a formação do cidadão útil à nação. Muitas destas instituições, destinadas a educar e profissionalizar as crianças, funcionavam em regime de internato, especialmente destinados às crianças abandonadas ou desvalidas. Segundo o discurso dos higienistas do século XIX, crianças desocupadas, vagando pelas ruas, nunca seriam trabalhadores ordeiros e disciplinados, desenvolveu-se, então uma cultura do trabalho infantil. A idéia de regeneração através do trabalho, fez com que instituições de preservação e assistência à infância e os institutos profissionais se espalhassem pelo Brasil, para formar o caráter da criança dentro da ética, do trabalho e dos valores morais. Com desenvolvimento industrial, no início da República, os menores representavam uma parte da mão-de-obra nacional e tinham tratamento similar ao dado aos outros operários adultos. E a sociedade brasileira consolidou, pouco a pouco, desde o início do século XX, a cultura do trabalho da criança como algo regenerador, embora alguns discursos pregassem diferenciação de tratamento em relação ao labor adulto ou erradicação do trabalho dos pequenos. Leis, desde o início de Novecentos procuram regular e depois proibir o trabalho infantil, tanto no campo quanto na cidade, o que se desdobrou em ações variadas até os dias atuais, quando desenvolver o hábito do trabalho não é suficiente para formação cidadão trabalhador.

FORMAÇÃO DA CRIANÇA PARA O MUNDO DO TRABALHO

Lineti Firmo Rodrigues

UFPR

linetifirmo@terra.com.br

Introdução

Este trabalho procura resgatar parte da discussão sobre a questão da formação profissional da criança no Brasil, especialmente entre o século XIX e a primeira metade do século XX. Ao focar o tema e o período, destacaremos instituições que tinham por objetivo a moralização pelo trabalho e, especialmente a partir do final do século XIX, o caráter explícito de formar o cidadão útil à nação.

Muitas dessas instituições destinadas a educar e profissionalizar as crianças, funcionavam em regime de internato e tinham como objetivo recolher crianças, menores (categoria pouco definida quanto a idade), abandonadas, vadias, ou desvalidas (isto é, não bem cuidada pelos pais). De acordo com Foucault, as instituições de internamento tinham por objetivo, “formar indivíduos submissos... O que se procura reconstituir... é o sujeito obediente, o indivíduo sujeito a hábitos, regras, ordens...” (FOUCAULT, 1995, p.114).

No final do século XIX, são introduzidas práticas médico-higienistas, que procuravam mais especificamente tratar das práticas de higiene e saúde pública, dentre elas, podemos citar a puericultura. Segundo o discurso dos higienistas, crianças desocupadas, vagando pelas ruas, nunca seriam trabalhadores ordeiros e disciplinados, desenvolveu-se, então uma cultura do trabalho infantil.

Segundo Marques:

A máxima do trabalho regenerador paulatinamente construída deitou marcas profundas na sociedade brasileira ao consolidar uma cultura do trabalho que permanece entranhada nos corações e nas mentes dos despossuídos, às avessas do atual discurso de erradicação da labuta dos pequenos. (MARQUES, 2003, p.72)

O professor e pediatra Olinto de Oliveira, um estudioso das questões relativas à criança e seu desenvolvimento, afirmava que, “a maleabilidade da criança, sua disponibilidade em se deixar influir pelos bons e pelo ambiente que a circunda, ou ainda os possíveis efeitos perniciosos e perturbadores que ainda não teriam se tornado duráveis e definitivos”(OLIVEIRA, apud, STEPHANOU, 1999, p.163), com esse argumento destacava a possibilidade de regeneração dos desvios de caráter da criança. A idéia de regeneração através do trabalho, fez com que instituições de preservação e assistência à infância e os institutos profissionais se espalhassem pelo Brasil.

Moralização pelo Trabalho. Primórdios

A preocupação com a formação do caráter da criança, não é recente. No final do século XVII, na França, grupos religiosos se especializaram na educação de crianças pobres, pois estas eram como ponta de lança para moralização de seus familiares. As autoridades religiosas fundaram escolas de caridade, com objetivo de ocupar o tempo ocioso de crianças pobres, para evitar a formação de idéias e costumes pervertidos (BRESCIANI, 1986, p.22-23).

A força moralizadora do trabalho tornou-se uma máxima que as igrejas protestantes e católicas assumiram. O enclausuramento das crianças pobres, evitaria a vagabundagem e a mendicância, tornando-as aptas para o trabalho, e fazendo delas aliadas das autoridades, junto às suas famílias. O *visitador do pobre*, leigo ou religioso, recolhia crianças que vagavam pelas ruas e inspecionava as casas de suas famílias. A figura do visitador se manteve presente até o século XIX, vigiando os que dependiam da caridade (BRESCIANI, 1986, p.23).

No Brasil, o Alvará Régio de 24 de março de 1764, criou instituições com objetivo de abrigar, instruir e capacitar em um ofício, os meninos desvalidos.

Pensou-se em criar um setor de aprendizagem nos trens de guerra e nas instalações da Marinha. Surgiram então, as Companhias de Aprendizizes Marinheiros e depois, as Companhias de Aprendizizes do Arsenal da Guerra.

Para Marcílio:

Um Alvará Regional de 1779 regulamentou a admissão desses educandos desvalidos. Os menores nada recebiam por seu trabalho até os catorze anos, fase considerada de aprendizagem.

...As crianças expostas ingressavam no Arsenal como aprendizes e tinham possibilidade de aprender os ofícios de marceneiro, alfaiate, ferreiro, tanoeiro, tecelão e outros mais. (MARCÍLIO, 1998, p.184-185)

As companhias de Aprendizizes da Marinha e da Guerra foram sendo instaladas no litoral, em várias províncias durante o Império.

Qualificação Profissional de Crianças no Brasil, no século XIX

No Brasil, durante muito tempo, as crianças desvalidas eram recolhidas em casas que funcionavam como abrigos, sem nenhuma atividade de caráter educacional, religioso ou profissional.

Na segunda metade, do século XIX, as casas criadas para abrigar crianças desvalidas se multiplicam. A partir de então, é introduzida a prática do ensino profissional, particularmente para os meninos.

No início da década de 1850, a administração das instituições destinadas a cuidar das meninas desvalidas estava a cargo das Irmãs de Caridade de São Vicente de Paula¹. Estas irmãs instituíram a disciplina, educação formal e profissionalizante, regras de formação moral e religiosa. As meninas deveriam ser preparadas para serem boas donas-de-casa, ou aias e criadas.

A educação dos meninos desvalidos era diferente, o Regulamento da Instrução Primária e Secundária no Município da Corte (lei 1331 A, 17/02/1854), determinava que os menores de 12 anos, encontrados vagando, em estado de pobreza ou indigência, fossem matriculados nas escolas públicas ou particulares subvencionadas pelo estado. Depois de freqüentarem as aulas primárias, os meninos seriam enviados aos Arsenais da Marinha e da Guerra, ou às oficinas particulares, através de contrato com o Estado, para aprenderem ofícios que lhes garantissem sustento pelo trabalho.

Nas décadas iniciais do século XIX, são instaladas as primeiras fábricas no Brasil, em geral eram estabelecimentos pequenos; mas a partir da segunda metade do século XIX, o dinheiro da exportação do café, propiciou o desenvolvimento industrial, em especial no sudeste, região onde houve expansão da cafeicultura. Com essas mudanças, os menores desvalidos, como vimos anteriormente, não ficariam apenas nos Arsenais da Marinha e da Guerra, mas também iriam para oficinas.

As mudanças socioeconômicas, ocorridas no Brasil, tornou necessária a criação de instituições de ensino profissionalizante. Com o objetivo de promover o ensino de desenho aplicado aos ofícios industriais, foram criados os Liceus de Ofício; primeiramente no Rio de Janeiro em 1858, e posteriormente em São Paulo, em 1883.

Tratava-se de uma associação educacional privada, fundada com o apoio da maçonaria, que ministrava gratuitamente a menores e adultos os conhecimentos necessários às artes e ofícios. A instituição destinava-se à formação de mão-de-obra especializada para a indústria, do ponto de vista técnico e moral. Procurava formar bons cidadãos.

A preocupação com o ensino profissional, fez com que fossem criadas outras instituições. O governo imperial, construiu em 1874, na Corte, o Asilo dos Meninos Desvalidos. O objetivo da criação da instituição era abrigar meninos pobres entre 6 e 12 anos e dar-lhes educação primária e ensino secundário, sendo que este visava a formação profissional dos meninos (sapateiro, funileiro, ferreiro e serralheiro).

A permanência do jovem na instituição era até os 21 anos, depois dessa idade, eles eram encaminhados para oficinas, através de contrato com o Estado Imperial. A educação, na visão do governo, era capaz de produzir riquezas, pois incutiria nas crianças “o amor ao trabalho” (SCHUELER, 1999, p.75).

¹ O primeiro grupo de irmãs chegou de Paris à cidade do Rio de Janeiro, em setembro de 1852.

Formação Profissional dos Filhos Livres da Mulher Escrava

A preocupação com a mão-de-obra cresce à medida que movimentos sóciopolíticos e econômicas pressionam pelo fim da escravidão, basta lembrar os clubes abolicionistas e a proibição oficial do tráfico em 1850.

Com a Lei do Ventre Livre, aprovada em 28 de setembro de 1871 (Lei nº 2040), novas questões surgiram, e a educação para o trabalho dos negros livres foi uma delas.

Pela Lei do Ventre Livre, eram declarados livres, os filhos de mulher escrava que nascessem desde a data da sua aprovação. Observando dois artigos e alguns parágrafos da lei, pode-se verificar que a mesma não trouxe mudanças significativas para as crianças ditas livres; se ficassem com o senhor da mãe, o mesmo utilizava seus serviços até os 21 anos, se fosse entregue a uma associação autorizada, da mesma forma o menor prestava serviço gratuito:

Art. 1º: Os filhos da mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre.

§1º: Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso o governo receberá o menor, e lhe dará destino, em conformidade da presente lei. A indenização pecuniária acima fixada será paga em títulos de renda com o juro anual de 6%, os quais se considerarão extintos no fim de trinta anos. A declaração do senhor deverá ser feita dentro de trinta dias, a contar daquele em que o menor chegar à idade de oito anos e, se a não fizer então, ficará entendido que opta pelo arbítrio de utilizar-se dos serviços do mesmo menor.

... Art.2º O governo poderá entregar a associações por ele autorizadas os filhos de escravas, nascidos desde a data desta lei, que sejam cedidos ou abandonados pelos senhores delas...

§1º: As ditas associações terão direito aos serviços gratuitos dos menores até a idade de 21 anos completos e poderão alugar esses serviços.

(www.dhnet.org.br/direitos/anthistbr/imperio/ventrelivre.htm. Acesso em 27 mar.2006)

As crianças que ficavam com os senhores de suas mães iniciavam cedo no mundo do trabalho, sendo que por volta dos 14 anos, trabalhavam como adultos.

A situação das crianças entregues ao Estado, não era muito diferente das que ficavam com os senhores de suas mães, elas também eram utilizadas como mão-de-obra, pois a lei assim o permitia, portanto o trabalho em idade precoce permanecia - um tipo de educação para a vida inteira.

Para as instituições que cuidavam da educação dessas crianças ditas livres, a aquisição de uma profissão e o trabalho em idade precoce eram fundamentais em suas práticas educativas. Procuravam despertar o amor ao trabalho e a aquisição de uma habilidade profissional, que tornariam essas crianças em seres úteis à sociedade (FONSECA, 2002, p.128).

Algumas instituições, se voltavam prioritariamente para o treinamento das crianças em relação aos trabalhos agrícolas. Outras, ofereciam opções profissionais; além do ensino agrícola,

poderiam aprender ofícios como pedreiro, ferreiro, carpinteiro, marceneiro, alfaiate, padeiro e sapateiro. As várias opções de ofício, refletem a característica do mercado de trabalho da época.

Profissionalização das Crianças, do Fim do Império, até a primeira metade do Século XX

Durante o final do século XIX e início do XX, com o gradual crescimento do mercado de trabalho livre, foram criadas em 1909 nas capitais dos estados brasileiros as Escolas de Aprendizes Artífices.² Essas escolas tinham o objetivo de formar mão-de-obra especializada para atender ao crescente desenvolvimento industrial do país. As escolas, com o objetivo explícito de formar para o trabalho, compunham os projetos do governo republicano, instalado em 1889, que tinham na valorização do trabalho um dos eixos fundamentais sobre os quais pretendiam forjar um grande país.

De acordo com Queluz:

Com o fim da escravidão e a instituição do mercado de mão-de-obra livre, tornou-se necessária a valorização do trabalho produtivo. Em uma sociedade imbuída da concepção negativa do trabalho, onde especialmente o trabalho manual era visto como degradante, dotá-lo de positividade não era uma tarefa simples. (QUELUZ, 2000, p.17)

As Escolas de Aprendizes Artífices, eram destinadas principalmente aos menores provenientes de famílias pobres. O Decreto nº7.566, que instituiu as Escolas de Aprendizes Artífices, em suas considerações iniciais dizia que era necessário não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com indispensável preparo técnico intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastaria da ociosidade, escola do vício e do crime (<http://www.cefetsp.br/hist.html> Acesso em 31 jul. 2006).

Para Queluz:

O ensino profissional adotado nas escolas de Aprendizes Artífices, em cada um dos estados da república, constitui um dos elementos eficazes para a formação de operários e contra-mestres, os quais pela sua instrução, atividade e moral devem achar-se em condições de corresponder as exigências da indústria moderna. (Ibidem, p.30)

No início da República, com o crescimento das cidades e aumento das indústrias especialmente na região sudeste (consequência da riqueza produzida nos cafezais que diversificava seus investimentos na cidade) e conseqüentemente, o crescimento do operariado, houve uma grande concentração de pessoas em espaços muitas vezes despreparados para tal expansão.

² No dia 23 de setembro de 1909, através do Decreto nº7.566, assinado pelo então Presidente da República, Dr. Nilo Peçanha, foram criadas as Escolas de Aprendizes Artífices. (<http://www.cefetsp.br/hist.html> Acesso em 31 jul. 2006).

Como lembra Queluz: “A abolição da escravidão, o crescimento econômico brasileiro, a industrialização e a imigração proporcionaram um crescimento acentuado das principais cidades brasileiras”. (Ibidem, p.18)

O crescimento das cidades, entre outros problemas, causou também a intensificação da miséria de muitas pessoas, pois nem todas encontravam trabalho, ou trabalho que pagasse um salário razoável que possibilitasse o sustento próprio e da família de forma satisfatória. A preocupação com os menores vadios, abandonados e delinquentes fez com que o Estado, criasse ou reorganizasse instituições para reeducar essas crianças, dentro de uma perspectiva social que valorizasse o trabalho e as possibilidades de conquista e transformação que ele poderia proporcionar.

Entre os estados nacionais, no final do século XIX e início do XX, graças ao dinheiro vindo da agricultura, São Paulo teve um imenso crescimento urbano, desenvolvimento do comércio e fabril, tornando em poucos anos a mais importante economia da federação brasileira. Mas, com a riqueza vieram também vários problemas e a escola teria um papel primordial na tentativa de barrar os piores males do crescimento.

Segundo Souza:

Nas cidades morava o perigo das multidões. Era onde se encontrava a influência malsã dos pobres, dos vagabundos, de um povo com tendências à degeneração, suscetível de todos os males. Portanto, constituía o espaço em que deveriam ser tomadas medidas urgentes de disciplinarização e regeneração social. A escola foi uma das instituições responsabilizadas por essa missão. (SOUZA, 1998,p.92)

A partir de 1911, começaram a funcionar na cidade de São Paulo, as escolas profissionais para filhos de operários, sendo uma feminina e uma masculina. O público alvo eram crianças maiores de 12 anos.

O objetivo da instrução profissional era tornar o operário nacional qualificado, para concorrer com o estrangeiro, pois se a imigração supria de mão-de-obra a agricultura e as fábricas paulistas (e de outras partes do país), com o avançar do século XX muitas mudanças aconteceram, destaque para o conflito mundial de 1914-1918, um dos grandes obstáculos a uma imigração já bastante diminuta.

Para Ribeiro:

As escolas profissionais constituem no instrumento de criação desse contingente de “cidadãos-operários” irmanados pelo espírito patriótico, disciplinados ao regime de trabalho fabril e portadores de conhecimento sobre seu ofício. (RIBEIRO, 1986, p.125)

Paralelamente ao movimento educacional voltado para o mundo do trabalho que ocorria na cidade, entre 1918 e a década de 1920, foram criadas unidades de patronatos agrícolas em diversos

estados³. Essas instituições funcionavam como internato, e representavam a nítida intenção do governo republicano em intervir sobre o problema da infância abandonada, daquelas crianças que tinham dificuldades de serem mantidas por suas famílias.e, principalmente, as delinquentes.

Os patronatos agrícolas receberam menores tidos como indisciplinados, que anteriormente eram encaminhados para as Forças Armadas; décadas antes, era a Marinha quem os recebia. Tinham, portanto, um modelo escolar, voltado para o ensino profissional, para o trabalho agrícola, e um modelo correccional. “Trabalho e educação foram incorporados às representações sobre regeneração social, produzidas em torno da proposta dos patronatos agrícolas” (OLIVEIRA, 2003, p.33). Mas não apenas em torno destas instituições de educação e trabalho, como podemos notar ao estudarmos o final do século XIX e início do XX.

Considerações Finais

Nos primeiros anos da república brasileira, acreditava-se que o trabalho (e indiretamente, a educação para o trabalho) era a solução para os problemas que as crianças desocupadas, abandonadas e delinquentes poderiam trazer para sociedade. Os anos passaram e hoje, segundo a constituição nacional, conforme é reproduzido no Estatuto da Criança e do Adolescente: “é proibido qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.”⁴. Aparentemente os tempos mudaram, o trabalho, não faz mais parte do currículo de menores de 14 anos. Será que a força da tese de que o trabalho salva o homem e pode regenerar a nação desapareceu ?

Bibliografia

- BRESCIANI, M.S.M. Lógica e dissonância. Sociedade de trabalho: lei, ciência e resistência operária. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.6, nº11, p.7-44, set.1985/fev.1986.
- Estatuto da criança e do adolescente**. Curitiba: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Curitiba, 2000.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- FONSECA, M.V. **A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil**. Bragança Paulista: Edusf, 2002.
- Histórico – CEFET São Paulo**. Obtido via internet: (<http://www.cefetsp.br/hist.html> Acesso: em 31 jul. 2006).
- Lei do Ventre Livre**. Obtida via internet: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthistbr/imperio/ventrelivre.htm> Acesso: em 27 de março de 2006.
- MARCÍLIO, M.L. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MARQUES, V.R.B. “Histórias de higienização pelo trabalho: crianças paranaenses no Novecentos”. **Cadernos CEDES** Campinas, v.23, n59,p.57-78, 2003.
- OLIVEIRA, M.R.P.de. **Formar cidadãos úteis: os patronatos agrícolas e a infância pobre na Primeira República**. Bragança Paulista: Edusf, 2003.

³ Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Pernambuco, Pará e Bahia.

⁴ **Estatuto da Criança e do Adolescente**, 2000, p.11. Emenda Constitucional nº20/1998, DOU 16.12.1998, do artigo 60, referente ao capítulo V.

- QUELUZ, G.L. **Concepções do ensino técnico na República Velha (1909-1930)**. Curitiba: PPGTE/Cefet, 2000.
- RIBEIRO, M.A.R. O estado e a qualificação do trabalhador assalariado urbano. In: RIBEIRO, M.A.R. (coord.) **Trabalhadores urbanos e ensino profissional**. 2ª ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1986, p. 120-134.
- SCHUELER, A.F.M. de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.16, nº37, p.59-84, 1999.
- SOUZA, F. de S. **Templos de civilização: A implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)**.UNESP, 1998.
- STEPHANOU, M. “Governar ensinando a governar-se: discurso médico e educação”. In: FARIA FILHO, L.M. de. **Pesquisa em história da educação**. Perspectivas de análise. Objetos e fontes. Belo Horizonte: HG Edições, p.153-168,1999.